

INFRAESTRUTURA

SINFRA LANÇA LICITAÇÃO DE R\$ 11,3 MILHÕES PARA OBRAS NO AEROPORTO DE TANGARÁ

EDITAL PREVÊ *recapeamento da pista, taxiway e novo pátio em aeródromo implantado há quase 50 anos*

VGN
NOTÍCIAS

A Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra) abriu, nesta semana uma, licitação de R\$ 11,3 milhões para executar obras no Aeroporto de Tangará da Serra. O edital prevê o recapeamento da pista de pouso e decolagem, a construção de uma taxiway e a implantação de um novo pátio de aeronaves. A sessão eletrônica do certame está marcada para 27 de novembro.

O aeroporto, implantado em 1977, pouco depois da emancipação do município, fica a cerca de oito quilômetros do centro ur-

bano. A pista possui 1.500 metros de comprimento por 30 metros de largura e opera a aproximadamente 449 metros de altitude. A estrutura conta com balizamento noturno, farol rotativo, seccionadora, posto de abastecimento e

hangar, mas não registra voos comerciais regulares, sendo utilizada principalmente por aeronaves particulares e escolares.

As obras previstas agora fazem parte de um conjunto de intervenções técnicas que o aeroporto vem tentando tirar do papel há vários anos. Entre 2021 e o início de 2022, o Governo Federal autorizou o Estado a abrir processos licitatórios para modernização do aeródromo, incluindo recapeamento, sinalização, iluminação e taxiway. Em março de 2022, uma licitação chegou a ser lançada, com prazo de oito meses para execução após assinatura do contrato.

Em 2022, outro anún-

“
O AEROPORTO, IMPLANTADO EM 1977, FICA A CERCA DE OITO QUILOMETROS DO CENTRO URBANO

A SESSÃO ELETRÔNICA ESTÁ MARCADA PARA DIA 27

cio Federal destacou que o Aeroporto de Tangará da Serra passaria por melhorias com investimento de R\$ 8,6 milhões, prevenindo recuperação da pista, construção da taxiway e do pátio, além de equipamentos de balizamento noturno e aproximação aérea. O objetivo era permitir a movimentação de aeronaves de maior porte e elevar a segurança operacional. À época, os re-

cursos viriam do Fundo Nacional de Aviação Civil, com contrapartida estadual de 60% e participação do município.

Tangará da Serra é um dos municípios mais populosos e economicamente relevantes do interior do Estado, criado em 1976 e considerado um polo regional com economia baseada em agroindústria, agricultura, comércio e prestação de serviços.



FOTO: DIVULGAÇÃO



OS INDÍGENAS CRITICAM A CONSTRUÇÃO DA FERROGRÃO

MANIFESTAÇÃO

Indígenas protestam contra a ferrovia Sinop-Miritituba durante a COP 30

ORIGINÁRIOS *alegam impactos sobre o modo de vida dos indígenas e pressão sobre suas terras*

SÓ
NOTÍCIAS

Lideranças do povo Munduruku foram recebidas, em Belém, pelo presidente da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), André Corrêa do Lago, após um protesto pacífico na entrada principal do evento. A manifestação transcorreu sem incidentes e apenas impactou em um tempo maior de entrada dos participantes da COP.

A reunião ocorreu em um edifício anexo ao Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), que fica nas proximidades da Zona Sul, a área oficial de negociações da COP30. Além de Corrêa do Lago, o encontro contou com as presenças das ministras Sônia Guajajara (Povos Indígenas) e Marina Silva (Meio Ambiente e

Mudança do Clima).

Os indígenas criticam a construção da Ferrogrão, uma ferrovia que ligará Sinop até Miritituba, para escoamento de produção agrícola, alegando impactos sobre o modo de vida dos indígenas e pressão sobre suas terras. Eles também pedem que Lula revogue o decreto nº 12.600/2025 que prevê a privatização de empreendimentos públicos federais do setor hidroviário,

incluindo no rio Tapajós.

Segundo Alessandra Munduruku, o grupo mantém o pedido de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente para revogar o decreto que autoriza a concessão de hidrovia na bacia do Tapajós: “A gente quer uma resposta do Lula, principalmente (sobre) o decreto”.

Em nota, o Movimento Munduruku Ipereg Ayu denunciou que o corredor Tapajós-Arco Norte é um dos principais vetores de avanço do agronegócio sobre a Amazônia, de acordo com dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). O povo Munduruku também protesta contra as negociações climáticas internacionais que, segundo eles, tratam as matas nativas como meros ativos de crédito de carbono.

“
NOSSA FLORESTA NÃO ESTÁ À VENDA” E “NÃO NEGOCIAMOS A MÃE NATUREZA”